

Bônus de saída, a última cartada

Governo agora tenta reduzir dívida para próximo presidente

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — Apesar de cético quanto à possibilidade de conseguir qualquer manifestação de boa vontade dos credores externos para amenizar os desastrosos efeitos do acordo da dívida externa firmado em setembro do ano passado, o governo vai tentar agora a última cartada para conseguir, pelo menos, reduzir o impacto do pagamento da dívida externa para o próximo governo. Até o final do mês uma equipe de técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, além do Banco Central, embarca para Washington levando uma lista de sugestões para redução do estoque da dívida externa, elaborado com a assessoria do Banco Mundial (Bird — Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento).

A missão de técnicos brasileiros irá participar do programa que está sendo elaborado pelo Bird, de orientação aos países devedores, mostrando como se adaptar ao projeto de redução de dívida externa previsto no Plano Brady. As propostas que estão sendo elaboradas pelo governo brasileiro passam pelo lançamento de um novo bônus de saída (*exit-bonds*), além do que será lançado até setembro, e trocas de dívida entre países.

Juros — Segundo fontes do Ministério da Fazenda, o novo bônus seria semelhante ao já previsto no acordo da dívida, que estabelece o pagamento de juros de 6% ao ano mais correção cambial e que pode ser trocado por BTN com correção cambial. A diferença é que esse novo papel prevê um

desconto no momento da troca dos títulos da dívida pelo bônus. A ideia é de que o papel seja lançado em setembro caso haja antecipação, para julho, da emissão dos *exit-bonds*, no valor de US\$ 1 bilhão, prevista para setembro.

Outra proposta a ser apresentada pelo governo é a troca de dívidas entre países. A ideia seria o Brasil trocar seus créditos junto a países da América Latina por papéis de seu débito. Ao invés do devedor pagar o Brasil, ele compraria títulos brasileiros no mercado secundário, com desconto, e os daria ao Brasil em troca da quitação de seus compromissos. A operação já foi montada com o Paraguai e pode ser estendida a todas as nações devedoras ao Brasil na América Latina e também na Europa Oriental, como Alemanha e Polônia.

De qualquer forma, funcionários do governo acham difícil que qualquer projeto de redução do débito seja implantado neste governo, para frustração do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que jogou todas as suas cartas na tentativa do restabelecimento das relações com a comunidade financeira internacional. Mailson foi responsável pela suspensão da moratória decretada na gestão do ministro Dilon Funaro e agora, por absoluta impossibilidade de manter em dia os pagamentos, ameaça utilizar o mesmo mecanismo que tanto criticou.

Menos de um ano depois de sua assinatura, o acordo da dívida externa firmado em setembro do ano passado pelo governo brasileiro com os credores internacionais, sob a liderança do ministro Mailson da Nóbrega, não foi capaz de garantir a tão esperada normalização das relações brasileiras com a comunidade financeira internacional.

Problemas — Desde março, com o atraso no desembolso da primeira parcela de US\$ 600 milhões dos bancos credores — a última, no mesmo

valor, não foi liberada até hoje — e o aumento da remessa de lucros e dividendos das multinacionais instaladas no país para suas matrizes no exterior, o governo começou a detectar que teria problemas em seu balanço de pagamentos para este ano. Em março, os técnicos do BC já alertavam que as remessas de lucros e dividendos estavam acima do previsto, chegando a US\$ 700 milhões, quando o estimado era de, no máximo, US\$ 600 milhões. Em abril, as remessas já haviam saltado para US\$ 1,3 bilhão.

Apesar do alerta, a avaliação da diretoria da Área Externa do BC e do Ministério da Fazenda era de que tomar uma atitude mais drástica, naquela época, poderia ser muito delicado. O temor do governo era de que, ao segurar a remessa de lucros e dividendos, o país criasse desconfiança nos investidores externos, que poderiam reduzir seus investimentos. O governo já havia identificado que a principal razão para o aumento das remessas havia sido a enorme defasagem entre o dólar no oficial e no paralelo, que chegou a 200%, o que levava os investidores a remeter para o exterior e depois ingressar com os dólares pelo paralelo, o que resultava em grandes lucros para as empresas.

O Ministério da Fazenda poderia ter feito, argumentam fontes da área técnica do governo, uma desvalorização no câmbio, que estava congelado, para tentar reduzir a diferença entre o oficial e o paralelo, mas isto obrigaria o governo a descongelar o preço de vários produtos em pleno vigor do Plano Verão. O resultado foi que, quando o Ministério da Fazenda decidiu reagir e centralizar o câmbio, a remessa de dividendos e lucros já havia atingido a cifra recorde de US\$ 2 bilhões, quando o máximo previsto para o ano era de uma emissão de US\$ 1,7 bilhão.